

## Hidrologia, Preços e Atualização do Modelo

*HOLTZ, Abel. "Hidrologia, Preços e Atualização do Modelo". Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2018.*

Quase sempre nos atuais workshops realizados para avaliar contribuições para as atualizações do Modelo do Setor Elétrico, há uma enorme concentração por parte dos agentes do setor no aspecto comercialização. Entendemos que o tema comercialização é importante porque é o consumo que dita a viabilidade financeira do setor (SIN). Mas, não é somente isto a que devemos nos ater.

O atual cenário de suficiência pode ser entendido como consequência do fato da demanda estar estagnada em decorrência da crise institucional em que estamos imersos. Mas, cabe lembrar que historicamente a demanda sempre cresce no segundo semestre de cada ano pela ampliação do consumo industrial e comercial. Ocasão na qual, o volume armazenado nos lagos das hidrelétricas, base do suprimento, quando existentes, decresce pela maior produção de energia quando possível.

Tudo isto ocorre porque São Pedro e "La Niña" ou "El Niño" ameaçam não colaborar com a afluência de chuvas, levando a que poderemos ter um acréscimo considerável do preço da energia para os consumidores dado a necessidade de operar as térmicas mais caras.

Se depender das previsões dos principais institutos de meteorologia do País, os reservatórios das hidrelétricas continuarão em níveis bastante reduzidos. De acordo com estes institutos o regime de chuvas para os próximos meses pode ficar concentrado em definidas regiões no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País. Há previsões que asseguram que o nível dos reservatórios do Sudeste poderá atingir valores médios de cerca de 20% da sua capacidade.

O ONS considera séria a atual fase prolongada de estiagem, uma das maiores dos últimos anos, mas afasta a necessidade de um plano de contingenciamento em 2018, e qualquer projeção para os anos seguintes só faz sentido ser feita após o próximo período de chuvas, que começa em novembro. A situação ainda não é dramática, mas, se o regime de chuvas não se normalizar, o volume de água acumulada nos reservatórios pode diminuir a níveis perigosamente baixos neste período seco o que levaria a exigir um uso mais intenso das usinas térmicas.

Em decorrência do quadro, o preço da energia no mercado spot PLD, atingiu seu pico, em R\$ 505,18/MWh nos submercados Sudeste/Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte. [Não foi o pior caso, em 2014 foi a R\$ 822 por 4 meses]. A permanência do PLD nestes níveis evidencia uma percepção por parte dos agentes de mercado de risco de inadimplência ou baixa ainda maior da demanda, reforçando o cenário de crise e ampliando para as distribuidoras o atual excedente de energia contratada.

Na verdade, o que precisamos para resolver o problema no longo prazo, não é de volume de chuvas suficiente para se evitar um racionamento, isso desanuviará somente o horizonte do curto prazo. O que precisamos, sim, é de uma revisão do marco legal e regulatório que proporcione o incremento dos investimentos em geração de energia não só de fontes intermitentes, mas, de térmicas tendo em vista

que os aproveitamentos hidrelétricos estão infelizmente, engavetados.

Térmicas, quer sejam: a gás natural tendo presente a conhecida insuficiência de GN para supri-las, não só por manutenção de plataformas em Mexilhão, mas, sobretudo porque as térmicas não operando na base não têm porque ter gás natural em estoque e, comprando o combustível no mercado spot não há como definir preços baixos para a energia a ser gerada. No caso das térmicas nucleares, ter-se-ia que ter presente que as nucleares ainda estão no desejo de maior participação. A sua entronização na matriz de geração, se considerada a construção das usinas em Angra desde o século passado, sem uma séria ação de governo não sairá do papel.

Ademais, é urgente resolver as atuais e principais travas representadas pelo impacto financeiro do déficit hidrológico (GSF) e das indenizações definidas pelo RBSE às quais as transmissoras defendem ter direito, como resultado do processo de renovação das concessões ainda em 2013. No que tange às novidades, a separação do lastro e energia terá que ser testada em frente à financiabilidade dos novos investimentos e a realidade dos atuais contratos dos geradores. No caso das distribuidoras há o pleito da separação de fio e energia e a venda de excedentes contratados e não utilizados.

O atual modelo do Setor privilegiou a garantia de fornecimento da energia e a modicidade tarifária. Tem pontos fortes e fracos, como todos os modelos. Ele é estatista e centralizador. A previsibilidade alcançada no sistema está hoje sendo melhor executada, embora isto tampouco seja uma garantia de que as necessidades do futuro serão atendidas por medidas direcionadas tendo presente o momento.

O custo de todos os erros de política setorial como o repasse do risco hidrológico nos CCEARs e de Itaipu, o regime de cotas, os CCEARs por disponibilidade, são grandes equívocos que só fazem encarecer a tarifa e agredir o bolso do consumidor. Todas essas regras causaram um custo adicional de 21,6 bilhões em 2017, como noticiado. Esse ano poderá ser pior.

Se houver simplificação de normas e desregulamentação haverá menos governo e mais mercado, com mais oportunidades para investidores e consumidores. É isso que precisa mudar.